

CONSELHO FISCAL

Ata 018/2020

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às treze horas e quinze minutos, de forma online via Whatsapp, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal: Presidente Simone Massochin Andrade, Vice-Presidente Tainan Michele Borges Lemos, Secretária Greice Fernandes Sulkovski, os Conselheiros Cérís Maria Stankiewicz Beltrame, Claudionor Dassoler e Marelise Tartari, sendo a reunião convocada pelo IEP e também contando com a participação dos Diretores Renato Alencar Toso e Diones Weber. A realização da reunião de forma remota ocorreu como forma de ajuste administrativo devido a situação de Calamidade Pública, instituída pela Resolução IEP nº 05/2020. Deu-se início com a apresentação e aprovação da ata nº 17. Após, o Diretor Diones Weber iniciou a apresentação do Orçamento 2021 do IEP. Em relação as receitas, o valor total para 2021 foi orçado em 41 milhões, mesmo valor previsto para o ano atual. A previsão das receitas de contribuições dos servidores municipais aumentou devido a alteração da contribuição mensal dos servidores de 11% para 14% a partir de novembro/2020. Para as compensações financeiras entre o RGPS e o RPPS houve um aumento expressivo passando de 48 mil reais para 148 mil reais. Até o momento, 59 aposentadorias estão homologadas pelo TCE e devidamente lançadas no COMPREV, porém o IEP está recebendo a compensação de apenas 06 aposentadorias. As receitas correntes intra orçamentárias sofreram redução no valor total passando de R\$ 20.321.500,00 para R\$ 17.791.000,00 justificada pela redução da base de cálculo das contribuições previdenciárias com a saída das parcelas temporárias em atendimento às alterações impostas pela Reforma da Previdência. A previsão das deduções da receita passaram de 50 mil reais em 2020 para 01 milhão de reais em 2021 como uma previsão de possíveis oscilações negativas das aplicações financeiras. Referente ao orçamento das despesas para 2021, o valor orçado para pagamento de aposentadorias é de R\$ 9.488.000,00 e para as pensões R\$ 500.000,00. Em 2020 estava previsto o valor de R\$ 2.200.000,00 para pagamento dos benefícios previdenciários porém em 2021 ele ficou nulo devido ao repasse da gestão para o poder Executivo. Está previsto para 2021 o pagamento de R\$ 50.000,00 em compensações previdenciárias do RPPS para o RGPS, a ser realizado por meio de dedução dos valores a receber do RGPS. Quanto ao PASEP, em 2020 era pago integralmente com recurso da Taxa de Administração, porém em 2021 parte do pagamento será realizado com recursos previdenciários, proporcional aos respectivos rendimentos financeiros. As despesas para

Cláudia de Lencastre

CONSELHO FISCAL

manutenção do IEP reduziram de R\$ 2.000.000,00 para R\$ 1.600.000,00 pois para 2020 estava prevista a nomeação dos aprovados no Concurso Público realizado em março do presente ano, porém a situação atual de calamidade pública imposta pelo COVID-19 impôs a vedação das contratações até Dezembro/2021. Houve redução das despesas com pagamento de jetons aos conselheiros pois não estão mais sendo pagos jetons mensais ao conselho técnico, sendo apenas em caso de necessidade. As despesas com outros serviços de pessoa jurídica eram de R\$ 304.000,00 em 2020 devido a realização do Concurso Público, reduzindo para R\$ 250.000,00 em 2021. Quanto as obrigações tributárias e contributivas, houve redução de R\$ 330.000,00 para R\$ 215.000,00 devido a divisão dos recursos para pagamento do PASEP conforme já mencionado anteriormente. A projeção da reserva do RPPS, que é basicamente o valor total de receita menos despesas, apresentou total de R\$ 29.000.000,00. Finalizada a apresentação do Orçamento 2021, foi aberto o espaço para esclarecimentos e após foi realizada a aprovação pelos conselheiros, sem alterações. Em sequência da pauta, o Diretor Renato Alencar Toso apresentou algumas informações sobre a Taxa de Administração. Atualmente a taxa de Administração corresponde a 2% (dois por cento) sobre a folha da remuneração dos servidores ativos, já sendo percebida a partir de julho/2020 a queda da receita, causada pela redução da base de cálculo das contribuições previdenciárias com a saída das parcelas temporárias e também pela retirada dos valores referente as contribuições dos servidores inativos. Em 31/08/2020 a Taxa de Administração possuía um saldo acumulado de R\$ 2.985.802,90. Foi lembrado pelo IEP que o montante acumulado se deu, especialmente, nos primeiros anos de atividades do Instituto, quando, por exemplo, as despesas de funcionamento, tais como, aluguel, energia, água, telefone, internet, sistema, contratos mensais de assessoria, representação jurídica, entre outros, ainda não existiam. O Diretor Renato Alencar Toso sugeriu a possibilidade administrativa da reversão de parte do valor acumulado para o Plano Previdenciário, a fim de utilizar na amortização do passivo atuarial. O conselheiro Claudionor Dassoler questionou se seria possível a redução do percentual da taxa de administração para não resultar em “sobras” porém a Direção do IEP entende não ser pertinente tal ação, uma vez que a diferença mensal entre “entradas e saídas” desses recursos estão em patamares próximos ao equilíbrio, levando-se em consideração a futura nomeação (e custeio) dos servidores aprovados em Concurso Público. O Diretor Renato Alencar Toso informou que a presente abordagem foi em caráter inicial, provocativo, a fim de reflexão, e que o assunto do acumulado da Taxa de Administração será novamente incluído em



